

RESENHA

OBRA: GODOY, A. S de M. *Democracia Radical & Experimento Institucional: comentários ao sumário de teses progressistas de Roberto Mangabeira Unger*. Barueri: Minha Editora, 2008.

Resenha pelo Prof. Dr. Manoel Moacir Costa Macêdo¹

O livro de autoria do Professor do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília, Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Procurador da Fazenda Nacional, exercícios profissionais que desempenha com distinção e brilho, divide-se em duas partes: uma introdução e uma listagem detalhada com as argumentações das trezes teses do renomado Professor da Universidade de Harvard Roberto Mangabeira Unger. O objetivo explícito do livro é tratar os aspectos programáticos do pensamento do referido Professor Mangabeira Unger, referentes ao ambicioso experimentalismo democrático (p. xvii). O seu conteúdo analisa as várias dimensões do processo de mudança social através do inédito conceito de “necessidade falsa”. Isto significa dizer, que “não precisamos de tragédia para que nos transformemos ou para que nos sintamos estimulados para a mudança” (p. xvii). Embora os argumentos sejam advindos de conteúdos teóricos progressistas, descarta-se o referencial da teoria marxista, ao tempo em que não estão perceptíveis de forma clara os referenciais teóricos contidos, no contexto tradicional das teorias do direito, da

¹ Professor do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília e PhD em Sociologia pela Universidade de Sussex, Inglaterra.

sociologia, da economia e da teoria do Estado. De forma analógica, apreende-se que o próprio “experimentalismo democrático” revestido da concepção teórica, “da democracia representativa, economia de mercado e sociedade civil livre” é de certa forma o inédito referencial teórico da obra (p. xxxvii). Nessa perspectiva, a importância do livro vai além dessas análises, visto que na atual quadra social “o desconforto é geral, confusão e desilusão não agitam somente o pensamento de esquerda [...] mas é justamente a esquerda que se encontra mais profundamente desorientada” (p. xxxiv). Assim, “parte-se da presunção de que o experimentalismo ganha espaço [...] ao qual imputa interpretação da causa da democracia marcada pela combinação de esperanças e do pensamento político em ação” (p. xxxv). Embora o livro traga contribuições teóricas relevantes, ele centra o seu pensamento no caso brasileiro. Após a introdução, o Prof. Godoy, na segunda parte, enumera em ordem crescente as treze teses do experimentalismo institucional publicadas nos mais diversos meios de comunicação e assim enumeradas: 1. Da história das instituições democráticas; 2. Das estruturas constitucionais de governo; 3. Da reorganização da política eleitoral; 4. D conceito de direitos fundamentais; 5. Da proteção dos direitos fundamentais; 6. Da organização legal da sociedade; 7. Das finanças públicas e do sistema fiscal; 8. Da reforma do sistema produtivo e de sua relação com o Estado; 9. Dos direitos de propriedade; 10. Do significado de ser progressista hoje em dia; 11. Da interpretação da causa democrática; 12. Da base social dos partidos progressistas e 13. Do foco da inovação institucional e do conflito ideológico no mundo. Analisando na perspectiva dos fundamentos didáticos da metodologia científica, o livro contribui com mensagens teóricas úteis ao entendimento da problemática da

democracia no sentido inovador da mudança social. Carece de definições mais consistentes do objeto de estudo, da substância teórica e do alcance dos seus achados. Não são apresentadas evidências que sustentem as referidas teses. Alguns termos pouco usados no senso comum necessitam de melhor explicação para o pleno entendimento do leitor. A numeração diferenciada das partes do livro, dificulta o seu acompanhamento lógico. Na introdução, realça a revisão bibliográfica dos argumentos temáticos do experimentalismo institucional. Embora nenhuma evidência é mostrada. As fontes de algumas teses são referenciadas de jornais, o que minimiza a sua consistência no âmbito da comunidade científica. O autor suprime o item conclusões ou considerações finais, embora ao final chame o leitor para entender o pensamento ousado do Professor Mangabeira Unger consubstanciado no “superliberalismo” em substituição ao vigente “liberalismo supostamente vencedor” (p. 115). Por fim, a leitura desse livro será de grande valia para os professores de direito e de sociologia, estudantes, sociólogos, políticos, formuladores de políticas públicas e estudiosas da problemática social em uma sociedade contemporânea, assimétrica e globalizada. Vamos aguardar que o conceito de “necessidade falsa” seja uma teoria generalizante da mudança social.